

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO ELETRÔNICO  
E SUA IMPORTÂNCIA NA ESTRUTURA  
DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Autor: Glauco Rosso Teixeira

Projeto Técnico apresentado à  
Universidade Federal do Paraná para  
obtenção de título de Especialista em  
Gestão Empresarial.

Orientador: Prof. Pedro Steiner Neto

Curitiba  
2003

## AGRADECIMENTO

Agradeço a todos que tornaram possível a realização desse trabalho.

Em especial, ao pessoal da Celepar - Companhia de Informática do Paraná (provedora de Internet para o Governo do Estado e desenvolvedora de Sistemas de Informação).

Ao meu orientar, pela paciência e entusiasmo, que transformaram dados escassos em conclusões.

## SUMÁRIO

Resumo .....	01
Apresentação .....	02
<b>Capítulo I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>03</b>
1.1 Objetivo do Projeto .....	06
1.1.1 Objetivo Geral .....	06
1.1.2 Objetivo Específico .....	07
1.2 Justificativas .....	07
1.3 Restrições às propostas .....	08
1.4 Metodologia .....	09
1.4.1 Tipo de Pesquisa .....	09
1.4.2 População .....	09
1.4.3 Amostra .....	09
1.4.4 Dados Coletados .....	09
1.4.5 Interpretação do dados .....	10
<b>Capítulo II – REVISÃO TEÓRICA-EMPÍRICA .....</b>	<b>10</b>
2.1 Introdução .....	10
2.1.1 Internet .....	13
2.1.2 Intranet .....	17
2.1.3 Extranet .....	17
<b>Capítulo III – A EMPRESA .....</b>	<b>18</b>
3.1 História da empresa .....	18
3.2 Descrição .....	19
3.2.1 Constituição do Colegiado .....	19
3.2.2 Órgão de Deliberação .....	20
3.3 Sistema atual de Governo Eletrônico .....	22

<b>Capítulo IV – ANÁLISE DA SITUAÇÃO .....</b>	<b>24</b>
4.1 Introdução .....	24
<b>Capítulo V – PROPOSTAS .....</b>	<b>25</b>
1. Proposta I .....	25
2. Proposta II .....	26
3. Proposta III .....	26
<b>Capítulo VI –CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
6.1 Recomendações .....	28
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>30</b>

## RESUMO

Uma das características mais visíveis de nossa sociedade é a presença da tecnologia em todos os setores.

Por meio deste estudo propõe-se o uso da rede mundial de computadores (Internet), através de uma avaliação do Site do Conselho Estadual de Educação – PR, onde será apresentada propostas de acordo com princípios e diretrizes das políticas do Governo Eletrônico.

No decorrer deste trabalho veremos as vantagens de se utilizar o Governo Eletrônico como ferramenta de apoio no processo de democratização da informação.

## APRESENTAÇÃO

Os Programas “Governo Eletrônico” vem se transformando numa das vedetes da Administração Pública, ele surge do avanço da tecnologia da informação e com a incumbência de aproximar o cidadão dos serviços e informações que podem ser prestadas pelo Estado.

Este novo paradigma, em que os governos funcionem 24 horas por dia, divulgando informações e prestando serviços de maneira rápida, com menores custos e melhor qualidade, incrementando o compartilhamento de informações e a integração de serviços e adotando o uso de transações eletrônicas de forma abrangente, já está sendo construído.

Este trabalho será desenvolvido de forma à apresentar um estudo de caso, que consiste numa análise do atual programa de “Governo Eletrônico” adotado pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná. Em seguida será apresentadas sugestões, sobre tudo quanto as características e disponibilidade das informações prestadas pelo Conselho Estadual de Educação através de meio eletrônico.

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna está presenciando um processo de reestruturação global do modelo de desenvolvimento dominante, de um modelo industrial para um modelo informacional, que dá forma a uma nova arquitetura tecnológica, econômica, política, organizacional e de gestão coletiva.

Os países desenvolvidos e grande parte do países em desenvolvimento, estão passando por transformações que envolvem a flexibilização dos modelos econômicos e o surgimento de um novo papel do Estado, cada vez mais focado como formulador de políticas transparentes e acessíveis aos cidadãos, e não é diferente com o programa “Governo Eletrônico” onde seu uso esta em plena ascensão na política global.

Em 1996, o Ministério de suprimento e Serviços do Canadá publicou o documento intitulado “Construindo a Sociedade da Informação”, em que são apresentadas as políticas e iniciativas a serem adotadas para facilitar a transição rumo a uma sociedade da informação e a uma economia do conhecimento, conduzindo o Canadá em direção a liderança mundial, no que tange a empregabilidade de serviços e informações prestas através de meio eletrônico.

Assim também ocorreu em Cingapura, que conforme relatório apresentado em abril de 2002, pela empresa de consultoria *Accenture*, relatório este intitulado “Liderança em Governo Eletrônico”, entre 22 governos que buscam o aperfeiçoamento das suas soluções em programas de Governo

Eletrônico, Cingapura ocupa o segundo lugar, em uma categoria que é classificada como maturidade em “Governo Eletrônico”

Cingapura apresenta-se como liderança inovadora ao buscar transformar-se em uma “ilha inteligente” e em referência internacional na construção de uma nova economia digital e na prestação de serviços e informações por meio eletrônico.

O Livro Branco da Modernização do Governo Britânico, foi publicado em março de 1999 e ressalta as características de uma nova realidade em que o governo deve ser capaz de adaptar-se continuamente as reestruturações sociais, políticas e econômicas, aos impactos das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, buscando desta forma uma inter-relação com seus cidadãos

Com este documento o Governo Britânico apresentou um programa de mudanças em que a modernização do serviço público, orientada para o atendimento ao cidadão, é peça fundamental na melhoria de como o governo elabora suas políticas de interesse da sociedade.

No Brasil não é diferente, desde 2000 foi formalizada a utilização da estrutura eletrônica como suporte de informações dentro dos governos municipais, estaduais e federal.

A Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000, criou o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. Informalmente, esse núcleo de pessoas ficou conhecido como Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação – GTTI.

A criação do GTTI foi inserida dentro da política do Governo Brasileiro de lançar as bases para a criação de uma nova sociedade digital, formalizada pelo Portaria da Casa Civil n.º 23 de 12 de maio de 2000. Suas ações coadunaram-se com as metas do programa Sociedade da Informação, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse contexto, o GTTI assumiu o papel de facilitador na busca dos objetivos da programa<sup>1</sup>.

Por orientação do governo, o trabalho do GTTI, inicialmente, concentrou esforços em três das sete linhas de ação do programa da Informação: Universalização de serviços, Governo ao alcance de todos e Infra-estrutura avançada<sup>2</sup>.

Em março de 2002, o Grupo de Tecnologia da Informação da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, apresentou uma pesquisa avaliando o grau de prontidão para a economia virtual de 75 países. Sendo que o Brasil aparece no 38º lugar do *ranking* geral.

A posição brasileira melhora para 15º lugar no item que mede a qualidade das informações e os serviços prestados pelo governo à sociedade. Um dos destaques brasileiros no campo de Governo Eletrônico é o de envio da declaração de Imposto de Renda pela Internet, solução desenvolvida pelo Serviço da Receita Federal. O sistema Receitanet é considerado o mais avançado do mundo.

É importante ressaltar o pioneirismo do Estado do Paraná no sentido de ofertar serviços à população aproveitando o potencial das novas tecnologias. Durante o ano de 2001, assistimos a inúmeros lançamentos de Sites de serviços públicos, nas esferas municipal, estadual.

---

1. Decreto do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Publicado em Diário Oficial em 3 de abril de 2000.

2. Portaria da Casa Civil do Governo Federal – Gestão Fernando Henrique Cardoso. Publicado em Diário Oficial em 12 de maio de 2000.

O Governo Eletrônico do Paraná foi criado em março de 2001 e permite a prestação de serviços num portal integrado mas vai além – é um novo conceito de relacionamento com o cidadão, uma aproximação do governo da população. Neste enfoque ganha uma dimensão especial o acesso da população aos serviços eletrônicos e ao conhecimento necessário para utilizá-los.

O Governo do Estado através do Decreto n.º 3769/01, criou o Sistema Governamental de Serviços Eletrônicos denominado E-PARANÁ, que através das tecnologias de informação, visa aprimorar a qualidade dos serviços da administração pública estadual, especialmente no tocante à maior eficiência, publicidade, legalidade, impessoalidade e finalidade, bem como se destina a ampliar o acesso da população a tais serviços<sup>1</sup>.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

A proposta deste estudo é analisar o processo atual de disseminação de informação por meio eletrônico, utilizado pelo Conselho Estadual de Educação - Pr, visando com isso demonstrar possíveis limitações no sistema e, conseqüentemente apresentar soluções que podem ser implementadas de forma a trazer melhorias na comunicação entre Instituição e usuários.

---

1. Decreto do Governador Jaime Lerner. Publicado em Diário Oficial do Estado 26 de março de 2001.

Garantindo com isso mais transparência e maior disponibilidade de informações prestadas aos interesses da comunidade educacional, ou seja, dirigentes de sistema e de redes escolares, dirigentes de unidades escolares, especialistas e técnicos em educação, professores e alunos e suas famílias.

### **1.1.2 Objetivo Específico**

A pesquisa foi desenvolvida com o propósito de: Identificar e caracterizar os serviços prestados por meio eletrônico pelo Conselho Estadual de Educação para com os cidadãos. Assim como Identificar o(s) gargalo(s) que congestionam o fluxo de informações no atendimento.

Também será levantadas alternativas da Tecnologia da Informação, para ampliar a efetividade no atendimento.

E para finalizar será elaborada algumas recomendações no sentido de implementar o sistema já disponível.

## **1.2 Justificativa**

O Conselho Estadual de Educação-CEE, por ser um órgão Deliberativo e Normativo, ou seja, onde são determinados os parâmetros para o Sistema Educacional de Ensino, precisa demonstrar, através de uma comunicação mais ampla e efetiva suas informações para todos aqueles que, de

alguma forma, estejam envolvidos com a educação, seja professor, aluno ou dirigente de instituição de ensino.

O trabalho também se justifica como pesquisa científica na identificação dos problemas encontrados através de uma releitura do processo vigente de informação, e baseado nesta pesquisa propõe-se melhorias, visando alargar seu alcance no que tange a disseminação de suas informações por meio eletrônico.

### **1.3 Restrições às Propostas**

A principal limitação deste estudo é a de que tanto o levantamento de dados quanto as propostas apresentadas ficam restritas à Administração Pública.

Também se verifica que o Governo Eletrônico ainda terá muitas resistências por parte das pessoas. A constante retenção de informações exercidas pelo fator humano não deixarão de existir de um momento para outro, nem pela mudança para uma forma tecnológica de governar. A certeza que temos é que por trás do Estado está uma camada densa de burocratas.

## **1.4 METODOLOGIA**

### **1.4.1 Tipo de Pesquisa**

A pesquisa de campo realizada para obtenção de dados para a formulação deste trabalho foi do tipo DESCRITIVA.

### **1.4.2 População**

A população da pesquisa é composta de usuários dos 31 Núcleos Regionais de Educação, que compõe o Sistema Estadual de Ensino. Assim como 2.100 escolas em todo o Estado.

### **1.4.3 Amostra**

A amostra foi composta por 18 Núcleo Regionais de Educação e 37 escolas, que preencheram e devolveram o questionário, durante o mês de março de 2003.

### **1.4.4 Dados Coletados**

Para identificar o grau de adesão ao sistema de Governo Eletrônico adotado pelo Conselho Estadual de Educação, foi enviado via e-mail um

questionário contendo 07 questões (anexo). Dos 31 Núcleo Regionais de Educação, 18 responderam o questionário, e para 54 Escolas/Colégios Estaduais e 19 Instituição de Ensino Privado, dos quais 37 responderam o questionário.

#### **1.4.5 Interpretação dos Dados**

Através da tabulação dos dados levantados por meio da aplicação do questionário, pode se constatar que as informações solicitadas através de telefone, constitui-se na maior dificuldade na obtenção de informações prestadas pelo Conselho Estadual de Educação, principalmente no que tange ao acompanhamento do trâmite de processos.

Podemos constatar que o telefone acaba se tornando no principal gargalo no fluxo de informações prestadas pelo Conselho, uma vez que, o Site não disponibiliza todas as informações necessárias a comunidade educacional.

## **2 REVISÃO TEÓRICA - EMPÍRICA**

### **2.1 Introdução**

Segundo Gómez (1994), O paradigma societário moderno instituí o valor da informação como fator de racionalidade administrativa e de atualização das relações contratuais entre cidadãos e o Estado. No Brasil a busca de novos parâmetros de institucionalização democrática lembra-nos da importância de uma compreensão relacional das figuras políticas da informação, ancoradas na

sociedade e eqüidistantes dos modelos reducionistas centrados no Estado ou no mercado.

A institucionalização da informação é uma das questões fundamentais do programa Governo Eletrônico.

Para uns, a não institucionalização da informação é saldo dos períodos autoritários e a promessa irrealizada da herança moderna. Para outros, as novas tecnologias das esferas de informação demanda a busca de novas alternativas sociais e uma nova linha de gestão da informação focada no cidadão.

A sociedade moderna, no exercício de sua cidadania, não só legitimam os direitos de acesso à informação, mas também esperam uma estruturação nos processos de produção, organização e circulação de informação do governo e suas organizações.

O Plano Plurianual do Governo Federal, adota a gestão por programas para assegurar maior transparência e responsabilização das ações governamentais. Assim, o governo (através de programas entre eles e-gov) espera atender às demandas da sociedade por melhores serviços públicos e também por acesso as informação, com custos reduzidos.

Segundo Madureira (2001) vivemos em um período de rápidas mudanças, em que transitamos de uma sociedade salarial (Castells) para uma sociedade pós-industrial (Bell), onde as reestruturação tecnológicas e produtivas dão indicativos tanto da expansão do tempo livre (De Masi), do fim do trabalho como aspecto central das relações de produção (Offe), como de gerador de altas taxas de desemprego (Rifkin).

No âmbito governamental, verificamos que os processos de reforma e modernização da gestão política estão enfrentando um novo desafio, qual seja, o de adaptarem-se à crescente difusão das inovações tecnológicas e à expansão de um novo paradigma produtivo associado ao estabelecimento da chamada “sociedade do conhecimento”.

Nos processos de uma Sociedade da Informação, há um reconhecimento generalizado de que uma das estratégias mais importantes a ser adotada é a do desenvolvimento de ações voltadas ao estabelecimento de um governo adaptado às características e às necessidades de uma nova Era do Conhecimento, em que a adoção destas novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, venha a proporcionar melhorias nos processos de gestão interna e de prestação de serviços a sociedade.

Neste contexto, segundo Manuel Castells, a Internet (e-gov) não surge somente como uma nova tecnologia da informação, mas também como uma nova forma de organização da economia e da sociedade como um todo, num processo de desconstrução e reconstrução incessantes. A capacidade de produção do conhecimento, utilizando a informação cada vez mais disponível, será mais importante do que nunca.

Por outro lado, crescimento das informações em rede, o aumento da transparência, e a conseqüente diminuição da burocracia estatal, aumentarão o controle social sobre o Estado, o que contribuirá para a

democratização do processo decisório e para uma maior efetividade da ação governamental.

### **2.1.1 Internet**

Apesar de ser um fenômeno recente, a Internet tem também a sua história que, embora seja contada apenas em poucas décadas, já é capaz de nos dar idéia da evolução havida.

Em 1969, a Arpanet (Advanced Research Projects Agency Network – rede da agência de projetos de pesquisa avançada) foi criada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, com o objetivo de colocar os cientistas em contato entre si para que pudessem trocar informações e compartilhar idéias, potencializando os resultados de suas pesquisas. A Arpanet logo se ampliou, incluindo pesquisadores das Universidades e das diversas faculdades americanas. A partir desse grupo restrito de usuários, a Internet cresceu para servir milhões de pessoas ao redor do mundo. O relatório dos últimos três meses de 2001 do Instituto The Nielsen NetRating Global Internet Trends revela que a rede já conta com 429 milhões de usuários, em 27 nações.

- 1975 – Internet é a rede de computadores em que podemos mandar e-mail;
- 1985 – Através da Internet podemos mandar e-mail, participar de listas de discussões e trocar informações com nossos grupos de interesse;

- 1995 – Internet é a rede mundial de computadores que permite o acesso a página de organizações de todo o mundo, inclusive comerciais, além de permitir envio de e-mail e participação em fóruns de discussão diversos;

- 2005 – Vem aí a união de 3 mídias: Telecomunicações + Televisão + Informática, cujas conseqüências são ainda de mensurar. A Internet não será acessada apenas por computadores: haverá celulares, pagers, palms e outros dispositivos wireless. O que já se pode vislumbrar é que o conceito de Internet está mundo o mundo das telecomunicações.

Na prática, a Internet é um conjunto de redes de computadores interligados pelo mundo inteiro que falam o mesmo protocolo, isto é, padrões e convenções que determinam como dois ou mais processos se comunicam e interagem para trocar dados, de forma que os usuários possam usufruir de serviços e comunicações em escala mundial, Segundo Lévy (1999), o nome Internet vem de internetworking (ligação entre redes). A Internet é um conjunto de meios físicos (linhas digitais de alta capacidade, computadores, roteadores, etc.) e programas usados para o transporte da informação.

Para esse autor, nenhuma autoridade central garante o valor das informações na Internet, mas os *Sites* são produzidos e mantidos por pessoas e instituições que assinam suas contribuições e defendem sua validade frente à comunidade dos internautas. Tais informações, portanto, são garantidas por elas, que colocam em jogo sua reputação na *Web* tanto quanto (ou mais que) por e-mail de outras formas de comunicação.

O segredo do atual sucesso da Internet está, principalmente, em dois aspectos cruciais: o uso da rede de telefonia disponível no mundo inteiro e a facilidade de navegação promovida pelo uso de hipertextos e, mais recentemente, pela hipermídia.

O uso do sistema de telefonia atual é possível pela utilização de modems (modulador e demodulador), um dispositivo que permite o transporte de dados através da linha telefônica para a rede e vice-versa. Com um modem e acesso a uma linha telefônica, qualquer pessoa que tenha um computador pode entrar na Internet, usando um provedor. Os provedores são empresas que se encarregam de estabelecer a conexão do usuário com o *backbone* da Internet. Se alguém pretende acessar um computador no Japão, por exemplo, não é necessário fazer um interurbano internacional. Basta conectar-se a um computador ligado à Internet em sua cidade, o qual estará conectado a uma máquina em outro estado (ou país) e assim por diante, traçando uma rota até chegar ao seu destino. São máquinas de alta capacidade, com grande poder de processamento e conexões velozes conhecidas como servidores, controladas por universidades, empresas ou órgãos do governo. Também é possível acessar a rede via TV a cabo ou via rádio.

A World Wide Web – *www* é uma rede de alcance mundial que inclui os textos, figuras e sons denominados de hipertextos e hipermídia. A *www* não é o único serviço disponível, mas está se tornando o serviços básico que mais cresceu desde o seu surgimento, em 1991, e a partir do qual outros serviços,

como correio eletrônico, transferência de arquivo e grupos de discussão podem ser ativados.

Hipertextos e hiperídia formam os documentos chamados *home pages* ou *Web Sites*. Cada *web Site* possui um endereço exclusivo, chamados URL (Uniform Resource Locators). Um aspecto essencial dos Sites consiste na habilidade que eles têm de prover um elo eletrônico automático para outros *Sites* da *web*. Utilizando um *browser*, um programa especificamente projetado para ser usado com a teia, o usuário pode explorar essa imensa biblioteca eletrônica. A maior parte dos *browsers* fornece uma interface gráfica. Ao abrir o programa navegador, o usuário encontrará uma grande quantidade de programas capazes de ajudá-lo a encontrar a informação desejada. Eles podem ser classificados nas seguintes categorias: engenho de pesquisa (search engines); guias web (web guides); páginas brancas e amarelas (white and yellow pages); pesquisas especializadas (specialized searches).

Correio eletrônico é um termo que designa sistemas de troca de correspondência efetuada eletronicamente. O e-mail é uma das principais ferramentas de comunicação pela Internet. Basta possuir um endereço eletrônico para enviar e receber mensagens utilizando esse serviço.

O usuário pode, ainda, consultar os vários Newsgroups disponíveis em busca de alguma mensagem que atenda a seu interesse, ou consultar as milhões de páginas já disponíveis via www. A Internet permite, também que o usuário disponibilize informações em forma de textos, gráficos, animações, som e vídeo. Existem, na Internet, programas capazes de auxiliar na procura por

informações a partir de palavras-chave e/ou combinações de palavras-chave. A capacidade de ouvir som ou assistir vídeo disponibilizados em uma página vai depender dos recursos e velocidade disponíveis no computador.

O uso da Internet se difundiu muito além das expectativas, moldando de forma definitiva a estrutura da comunicação e transformando a cultura de seus usuários. Desempenha hoje um papel bem definido em praticamente todas as facetas da nossa vida – negócios, educação, recreação – servindo como meio para buscar, armazenar, processar e distribuir informações.

### **2.1.2 Intranet**

Se a fase inicial do Governo Eletrônico contempla o desenvolvimento de soluções que são acessadas igualmente por todos os usuários, logo surge a necessidade de construção de aplicativos para públicos restritos, como o público interno de uma organização, para o qual se utiliza o termo Intranet.

### **2.1.3 Extranet**

Entretanto, organizações públicas ou empresariais mais complexas possuem as chamadas teias de relacionamentos, que englobam clientes, fornecedores e outros públicos com os quais a organização necessita relacionar-se para o cumprimento de sua missão. Estas entidades são externas à

organização e, portanto não têm acesso à Internet, mas necessitam de acesso específico e controlado a determinadas aplicações, que não podem estar disponíveis para o público aberto da Internet. Esta rede externa à empresa, porém de acesso restrito é chamada Extranet.

### **3 - À EMPRESA**

#### **3.1 Histórico**

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, órgão Normativo e de Deliberação coletiva, criado pela Lei n.º 4.978, de 05 de dezembro de 1964, tem por objetivo a orientação da política educacional do Estado, portanto é mantida com recursos do contribuinte através do Governo do Estado e, como tal, não cobra pelos serviços prestados a sociedade, desvinculando-se de qualquer forma que seja de faturamento.

O Conselho presta seus serviços a sociedade de um modo geral e mais especial ao Sistema Educacional de Ensino, seja ele Público ou Privado, sendo que seus principais serviços sejam:

- baixar normas, emitir pareceres e deliberações sobre toda a matéria que as leis, normas e atos federais e estaduais lhe dêem, explícita ou implicitamente, competência;
- Instituir normas destinadas à cassação de autorização para funcionamento de estabelecimento integrado no Sistema Estadual de Ensino,

bem assim promover sindicância, sempre que julgar conveniente, tendo em vista a fiel observância das disposições e normas que os regem.

- promover e divulgar estudos sobre o Sistema Estadual de Ensino;
- propor medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino, mormente quanto à produtividade e ao rendimento, em relação aos custos;
- deliberar e emitir pareceres sobre matéria que lhe seja submetida pelo Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação;
- pronunciar-se acerca dos regulamentos de ensino, em qualquer dos seus graus e modalidades pertinentes ao Sistema Estadual;

### **3.2 Descrição**

Sob a égide de uma política de descentralização pela primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB, a 4.024/61, os Conselhos Estaduais de Educação foram criados com o objetivo de orientar a política educacional do Estado, tendo como tarefa regulamentar, por atos normativos, as bases e diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e, a função de ordenar o Sistema de Ensino em diversos níveis.

#### **3.2.1 Constituição do Colegiado**

O Colegiado é constituído por 17 (dezessete) membros nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos. Inclui representantes

dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, devendo 1 (um) deles ser indicado pela Associação dos Municípios do Paraná e 1 (um) pela Assembléia Legislativa do Paraná, todos de notável saber e experiências em educação.

O Colegiado é presidido por um conselheiro titular, de livre escolha do Governador do Estado, que é substituído, em seus impedimentos e faltas, pelo Vice-presidente eleito pelo Conselho Pleno, dentre os seus membros na primeira sessão plenária de cada ano.

Tal Colegiado tem como apoio 30 (trinta) funcionários da área técnica e também da área administrativa, os quais estão distribuídos nas diversas Câmaras de Ensino.

### **3.2.2 Órgão de Deliberação**

Para desempenho de suas atividades, o Conselho funciona:

- em Conselho Pleno;
- em Câmaras;
- em Comissões.

**Conselho Pleno** – Constituído pelo conjunto dos conselheiros e instala-se com a presença da maioria de seus membros. Reúne-se, mensalmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, pelo Governador do Estado ou por um terço de seus membros. Ao

Conselho Pleno compete decidir sobre matéria de caráter geral da educação, sobre matéria de caráter especial que lhe for submetida e, ainda sobre assuntos de suas atribuições fixadas na Lei n.º 4978/64. As decisões do Conselho Pleno tomam a forma de Deliberação ou Parecer.

**Câmaras** – Cada uma delas congrega um número de 4 (quatro) Conselheiros designados pelo Conselho Pleno, a cada 2 (dois), à época da renovação do terço de sua composição, para deliberar sobre matéria de sua competência. Elege o seu Presidente, responsável pelo ordem dos trabalhos, e também seu Vice-presidente que substitui o Presidente em suas faltas e impedimentos.

Compete ao Presidente de cada Câmara designar os Relatores para os processos que deverão ser discutidos e aprovados pela mesma.

As decisões das Câmaras tomam a forma de Parecer ou Indicação e são submetidos à apreciação e aprovação do Conselho Pleno.

As Câmaras são em número de 5 (cinco) e se denominam:

- Câmara de Ensino Fundamental;
- Câmara de Ensino Médio;
- Câmara de Educação Superior;
- Câmara de Legislação e Normas;
- Câmara de Planejamento.

**Comissões** – sempre que necessário, são criadas Comissões, constituídas por Conselheiros designados pelo Presidente, ouvido o Conselho

Pleno. Cabe a cada Comissão a escolha do seu respectivo Presidente. As decisões das Comissões tomam a forma de Parecer ou Indicação e são submetidas à aprovação do Conselho Pleno.

### **3.3 Sistema atual de Governo Eletrônico**

O Site do Conselho Estadual de Educação - CEE, foi criado em 22 de março de 2000, em parceria com a Celepar - Companhia de Informática do Paraná (provedora de Internet para o Governo do Estado e desenvolvedora de sistemas de informação), tendo uma frequência média de 1.600 acessos por mês.

Atualmente estão disponíveis no Site 6 Tópicos de informação para a população.

#### **INSTITUCIONAL**

Acessando este tópico encontraremos informações sobre:

- Constituição do Colegiado;
- Órgãos de Deliberação;
- Competências do CEE;
- Competências do Presidente do CEE;
- Secretaria Geral;
- Unidades de Apoio.

### **DELIBERAÇÕES:**

Neste tópico o usuário encontra, dispostas por ano, todas as Deliberações aprovadas pelo Conselho Pleno do CEE.

### **EMENTÁRIOS;**

Este tópico traz informação sobre todos os processos aprovados na última sessão plenária realizada pelo CEE.

### **PARECERES:**

Permite que o usuário tenha acesso aos Pareceres de interesse público aprovados pelo CEE.

### **CALENDÁRIO DE REUNIÕES**

O Conselho Estadual de Educação, por ser um órgão público, suas sessões plenárias são abertas, onde o interessado pode assistir a votação do processo de seu interesse.

### **NOTÍCIAS**

Noticiário com enfoque voltado para as ações do Conselho em prol da Educação no Estado.

### **FALE CONOSCO**

Este sistema permite uma interação maior com o usuário do sistema, possibilitando o envio de perguntas e também sugestões.

## **4 ANÁLISE DA SITUAÇÃO**

### **4.1 Introdução**

Até o ano de 2000 o Conselho Estadual de Educação não dispunha de uma página na Internet, portanto suas informações eram disponibilizada de forma precária e ineficiente, ou seja, através de fotocópias de documentos reproduzidos e entregues aos interessados no próprio prédio do Conselho, dificultando com isso o acesso as informações e criando transtornos de deslocamento.

A partir do momento em que o Conselho adotou uma política de Governo Eletrônico, ou seja, inserindo uma página na Internet, houve uma mudança radical e essencial no seu sistema de disseminação de informações, que antes era burocrático, moroso e ineficiente agora passou a ser transparente e prático, embora tenha ocorrido uma melhora substancial na transmissão de informações é preciso ressaltar a necessidade de se aperfeiçoar o sistema já implantado, tanto na arquitetura de sua página como na amplitude dos serviços prestados por meio eletrônico aos seus usuários.

Há 20 anos o Governo do Paraná tinha um computador (o da Celepar). Hoje há cerca de 10.000 deles. O impacto certamente é positivo, porém, seu sucesso estará condicionado a uma compreensão de Governo Eletrônico como uma ferramenta democrática de disseminação da informação de forma clara e precisa.

## 5 PROPOSTAS

Quando Falamos em Governo Eletrônico, falamos necessariamente sobre a administração pública, e por sua vez pensamos nos sistemas existentes. A modernização do poder público está centrada sobre a necessidade de atualização constante nos sistemas existentes, no sentido de aumentar a quantidade e quantidade de informação disponível, conduzida pelas necessidades dos usuários, introduzindo transparência, eficiência, rapidez e interoperabilidade.

Portanto estas propostas de mudanças precisam ser construídas e praticadas com o objetivo de que a tecnologia da informação deixe de ser um instrumento de dominação para ser um instrumento de democratização da informação.

PROPOSTA I - Implantação de um sistema de protocolo onde seja possível acompanhar o trâmite de processos.

Aspectos Relevantes desta implementação:

- De posse do número do protocolo:
- A consulta seria feita diretamente no Site.
- O resultado seria imediato, e não dependeria da boa vontade de funcionários.

- Verificar a data de publicação: Mesmo o processo sendo aprovado pelo Conselho Pleno, só passará a ter valor legal após sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**PROPOSTA II - implantação do cadastro de cursos de educação profissionalizante de nível médio**

**Aspectos Relevantes desta implementação:**

- Colocar o Plano de Curso a Público, assegurando a homogeneidade, do ponto de vista formal, das informações contidas nos planos de curso aprovados pelo Conselho.

- Permitirá fiscalização pelo cidadão, ou seja, garantir a qualidade das informações na perspectiva dos interesses da comunidade educacional.

- Passa a ter validade nacional ao estar aprovado pelo Conselho e disponível no Site.

- Na segunda fase será implantado o cadastro de Diplomas, esse dispositivo visa eliminar a falsificação de Diplomas, por exemplo: O empresário ao contratar um funcionário, poderá através de consulta no Site, saber se o diploma apresentado pelo candidato a vaga esta devidamente legalizado.

**PROPOSTA III - Implantar um sistema de cadastro, onde o professor interessado possa se cadastrar, podendo assim ser convocado para atuar como perito, nas diligências efetuadas pelo conselho.**

**Aspectos Relevantes desta implementação:**

- O Conselho manterá um banco de dados sempre atualizado de professores, catalogados por especialidade e por competências.

- Este cadastro seria de uso restrito do Conselho.

- Os peritos enviarão seus relatórios de avaliação diretamente pelo Site.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Governo Eletrônico surge do avanço da tecnologia da informação e com a incumbência de aproximar o cidadão dos serviços que podem ser prestados pelo Estado.

Através da temática apresentada o Site do Conselho , disponibilizará de forma abrangente e transparente as informações inerentes as diretrizes educacionais no Estado, aumentando com isso sua esfera de abrangência, eliminando-se as distâncias geográficas e temporais dando a todos acesso livre as informações.

Segundo Olívio (2001) “O principal desafio Administrativo Brasileiro diante do Estado informatizado, em rede, é sem dúvida contribuir para que os princípios da transparência e da eficiência resultem na democratização da máquina pública e da sociedade, possibilitando que todos tenham o mais amplo acesso aos bens, serviços e informações,. Para que deles possam se utilizar na defesa de direitos ou na fundamentação de reivindicações”.

### **6.1 Recomendações**

Faz-se necessário que o gestor do sistema de Governo Eletrônico do CEE, realize neste momento, uma avaliação mais profunda em que se identifiquem as próximos passos do processo. Esta avaliação deve ser realizada

pelo próprio poder público como forma de apurar a efetividade das informações prestadas.

Em uma segunda fase, proporcionada pela Tecnologia da Informação, seria conveniente inserir no Site uma linha de ação chamada “prestação de serviços” criando com isso uma inter-relação maior com o usuário e deixando de ser finalmente um Site estático, que apenas ofereça informações, para se tornar um Site Dinâmico. Desta forma, as iniciativas do Governo Eletrônico, apontam para uma efetiva capacidade de interlocução entre decisores e cidadãos, promovendo a universalização do acesso aos serviços, a transparência das suas ações e o alto desempenho de seu sistema.

Ao possibilitar a interatividade, estas novas tecnologias (e-gov) têm se construído em um novo canal de intervenção pública, sobretudo por sua capacidade de agilizar os processos comunicativos. Nesta direção, novas perspectivas são abertas, tanto em termos de acesso a informações quanto do exercício da cidadania.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÓMEZ, Maria Nélida G. *Revista do Servidor Público*. Brasília: Ed. ENAP, 1994.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MADUREIRA, Espartaco Coelho. **Revista do Servidor Público**. Brasília: Ed. ENAP, 2001.

Olívio, Luis Carlos Cancelier. **Desafios do Direito Administrativo Diante do Estado em Rede**. Polis, Ed. UFSC, 2001.

**ANEXO I****QUESTIONÁRIO**

Prezado(a) Senhor(a):

Este questionário se destina ao levantamento de opiniões sobre o papel do programa “Governo Eletrônico” junto ao Conselho Estadual de Educação, que tem por definição o uso da tecnologia (Internet) no processo da democratização do acesso à informação e ao serviço público.

1) O seu conhecimento sobre o tema “Governo Eletrônico”

Bom       Ótimo       Excelente       Não conheço

2) O Programa “Governo Eletrônico” tem como característica a democratização do acesso à informação e ao serviço público. O que pensa a respeito?

Concordo       Não concordo       Indiferente       Não tenho opinião

3) Quantas vezes acessou o Site [www.pr.gov.br/cee](http://www.pr.gov.br/cee) em busca de informações?

Nenhuma       Poucas vezes       Muitas vezes

4) Qual a porcentagem das informações inerentes ao Conselho, são conseguidas por meio eletrônico, através de seu Site disponível na Internet ?

20%       40%       60%       80%       100%

5) As informações ofertadas no Site, estão dispostas de forma clara e são fáceis de serem encontradas ?

Sim       Não       Nem todas       Não tenho opinião

6) Após o Processo ser protocolado no Conselho, qual o método utilizado para acompanhar seu trâmite?

Internet       Telefone       Fax       Pessoalmente

7) Qual o meio utilizado que se torna mais dificultoso para obtenção de informações?

Internet       Telefone       Fax       Pessoalmente